

Termo de Referência 181/2023

Informações Básicas

|                    |  |                        |                          |
|--------------------|--|------------------------|--------------------------|
| Número do artefato | UASG   | Editado por            | Atualizado em            |
| 181/2023           | 110511-CENTRO GESTOR OP. SISTEMA PROTECAO AMAZONIA | BENEDITA SOARES CHAVES | 07/03/2024 10:57 (v 5.0) |
| Status             | ASSINADO   |                        |                          |

Outras informações

|  |                       |                         |
|--|-----------------------|-------------------------|
| Categoria  | Número da Contratação | Processo Administrativo |
| V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra |                       | 60092.000241 /2023-01   |

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços comuns e continuados de controle de pragas, desinsetização, desratização e descupinização, com fornecimento de material, para 4 (quatro) aplicações anuais, para atender às necessidades do Centro Regional de Belém.

| Item                       | Descrição/Especificação  | CATSER | Total de Área (m²) |                 | Quantidade Aplicações | Valor Estimado |              |              |
|----------------------------|--|--------|--------------------|-----------------|-----------------------|----------------|--------------|--------------|
|                            |  |        | Local              | Quantidade (m²) |                       | Por m²         | Aplicação    | Total Anual  |
| 1                          | Serviços de controle de pragas, desinsetização, desratização e descupinização, sob demanda, com fornecimento de material, utilizando defensivos químicos de baixa toxicidade e sem odor nas áreas internas, externas, caixas de gordura e redes de esgoto. | 3417   | Prédio principal   | 6.260,23        | 4                     | R\$ 1,09       | R\$ 2.380,62 | R\$ 9.522,48 |
|                            |  |        | Apoio SCT          | 765,19          |                       |                |              |              |
|                            |  |        | Apoio Terceiro     | 765,19          |                       |                |              |              |
|                            |  |        | KF/KM              | 918,98          |                       |                |              |              |
| Custo Total Geral Estimado |  |        |                    | 8.709,59        |                       | R\$ 1,09       | R\$ 2.380,62 | R\$ 9.522,48 |

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data de assinatura do Termo de Contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3.1. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que a definição de serviço contínuo consta no art. 6º, XV da Lei nº 14.133, de 2021, sendo definidos como os “serviços contratados para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas”, sendo a vigência plurianual mais vantajosa.

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.5. Havendo divergência entre a especificação do serviço constante no Termo de Referência e a descrição contida no Catálogo de Serviços (CATSER) do SIASG, deverá prevalecer a especificação do Termo de Referência.

## 2. FUNDAM. E DESC. DA NECES. DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 0327761000125-0-0000032023

II) Data de publicação no PNCP: 19/05/2023

III) Id do item no PCA: **ID94**

IV) Classe/Grupo: 943 - Serviços de Saneamento e Serviços Similares

V) Identificador da Futura Contratação: 110511-90013/2022

2.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Trabalho Anual - PTA/2024, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. O contratado deverá cumprir, sempre que possível, as práticas de sustentabilidade estabelecidas no art. 6º e seus incisos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, bem como os critérios e práticas sustentáveis elencados no art. 4º do Decreto nº 7.746/2012, alterado pelo Decreto nº 9.178/2017.

4.1.2. A Contratada deverá adotar na execução dos serviços e estar ciente da obrigatoriedade em atender aos critérios e políticas de sustentabilidade conforme estabelece o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis, disponibilizado pela Consultoria-Geral da União, o Decreto 7746/12, de acordo com ações a serem adotadas como boas práticas na prestação dos serviços a serem desempenhados por intermédio de seus profissionais nas atividades diárias e, também, nas atividades empresariais, conforme segue:

4.1.2.1. usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

4.1.2.2. adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, a fim de otimização de recursos materiais, com a redução de desperdícios materiais; racionalização/economia no consumo de energia, por parte de seus profissionais no desempenho das atividades diárias;

4.1.2.3. observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos aparelhos eletrodomésticos que venham a ser produzidos, importados e que gerem ruído no seu funcionamento;

4.1.2.4. realizar as práticas de sustentabilidade vislumbradas, principalmente, em relação à conservação de meio ambiente, são: Plano de descarte de embalagens, que eventualmente serão eliminadas durante a realização dos serviços de copeiragem; Plano de reciclagem e destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades; e Plano de descarte ou reciclagem de demais restos de materiais e/ou embalagens, quando couber, nos termos da IN /MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022; e

4.1.1.5. respeitar as Normas Brasileiras –NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

#### **Subcontratação**

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **Garantia da contratação**

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

#### **Vistoria facultativa**

4.4. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09:00 às 16:00 horas.

4.4.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado pelo e-mail: [compras.belem@sipam.gov.br](mailto:compras.belem@sipam.gov.br) e fone: (91) 3366-2227, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros participantes do certame.

4.5. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.6. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.7. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.8. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução do serviço é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o participantes do certame deve atestar, na fase de habilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

4.8.1. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração de dispensa de vistoria formalmente assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme - Declaração de Dispensa de Vistoria.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **Condições de Execução**

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 10 (dez) dias, após a assinatura do contrato.

5.1.1.1. Descrição detalhada das atividades/rotinas, frequência e periodicidade de execução dos serviços:

| <b>Periodicidade</b> | <b>Quantidade de aplicações / execuções durante a vigência contratual de 12 meses</b> |
|----------------------|---|
| Execução Trimestral  | 4*  |

\*A aplicação contra cupins é realizada a cada 12 meses, totalizando uma aplicação durante a vigência do contrato, exceto quando houver necessidade de aplicações adicionais em virtude de cumprimento da garantia do serviço.

5.1.2. Estar de acordo com o cronograma estabelecido pela contratante;

5.1.3. Causar o mínimo de impacto ao meio ambiente;

- 5.1.4. Atingir os objetivos e exterminar as colônias, mitigar a formação e surgimento de novos insetos;
- 5.1.5. Não colocar em risco a saúde de pessoas que transitam nas instalações;
- 5.1.6. Não contaminar o ambiente com cheiro, vapores e fumaças;
- 5.1.7. Não interferir na rotina do ambiente;
- 5.1.8. Permitir que o ambiente possa ser lavado sem eliminar o efeito do produto aplicado;
- 5.1.9. Deverá ser aplicado por profissionais treinados e identificados;
- 5.1.10. Emitir relatórios dos serviços constando data e horário da aplicação, produto aplicado e responsável pela aplicação;
- 5.1.11. Promover monitoramento das áreas tratadas em ação conjunta com a contratante, reforçando a aplicação se for o caso até a solução do problema;
- 5.1.12. Utilizar equipamentos de proteção individual (EPI's) adequados para cada situação.

#### **Local e Horário da Prestação dos Serviços**

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Avenida Júlio César, 7060; Bairro: Val-de-Cans, Belém – PA CEP: 66617-420, nas dependências do CENSIPAM, no Centro Regional de Belém - CR-BE, horário de prestação de serviços de 09:00 às 17:00 h.

#### **Materiais a serem disponibilizados**

5.3. Para a perfeita execução dos serviços os produtos utilizados nas aplicações deverão ter no mínimo as seguintes características:

- 5.3.1. Não causarem manchas;
- 5.3.2. Serem antialérgicos;
- 5.3.3. Tornarem-se inodoros após 90 (noventa) minutos da aplicação;
- 5.3.4. Serem inofensivos à saúde humana;
- 5.3.5. Não serem inflamáveis;
- 5.3.6. Nas áreas onde o contato humano com o preparado químico for constante, deverá este ser totalmente não tóxico, devendo, ainda, possuir as propriedades de não manchar e ser incolor;
- 5.3.7. Estarem compreendidos dentre aqueles permitidos pela Portaria nº 10/85 e suas atualizações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde e que também atendam a Portaria nº 321/97 do citado órgão, assim como as exigências do INEA.
- 5.3.8. A empresa contratada deverá possuir todos os tipos de produtos existentes utilizados no controle de animais mencionados além de tecnologia e conhecimento para manuseio e aplicação dos mesmos.
- 5.3.9. A contratada deverá apresentar tabela contendo as seguintes informações: nome comum, grupo químico, ação tóxica, antídoto e tratamento, número de Registro no Ministério da Saúde, para cada praga alvo de controle a que se destinará o produto.

#### **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

5.4. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

- 5.4.1. Serviços de desinsetização, desratização e descupinização em todo madeiramento e alvenaria no ambiente do Centro Regional de Belém - CR/BE com área aproximada de 8.709,59 m<sup>2</sup>, com utilização de material inodoro e que dispense a evacuação de pessoas, conforme prescrição a seguir, além do que se fizer necessário à plena execução do objeto.



5.4.2. **Insetos:** Utilização de iscas e aplicação de produto nos cantos e frestas de armários, gavetas, pias, em eletrodomésticos, rodapés e ralos, caixas de inspeção e outros. Uma aplicação por trimestre, com garantia de 3 (três) meses cada (totalizando 4 aplicações durante a vigência contratual de 12 meses).

5.4.3. **Ratos:** Utilização de iscas e aplicação de produto nas tocas e locais de passagem dos roedores. Uma aplicação por trimestre, com garantia de 3 (três) meses cada (totalizando 4 aplicações durante a vigência contratual de 12 meses).

5.4.4. **Cupins:** Eliminação imediata dos infestadores com aplicação nos focos dos agentes em portas, tetos, paredes e pisos de madeira e outros que se fizerem necessários. Uma aplicação anual, com garantia de 12 meses cada (totalizando uma aplicação durante a vigência contratual de 12 meses).

**Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)**

5.5. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo 3 (três) meses para as aplicações contra insetos e ratos, e 12 (doze) meses para as aplicações contra cupins, contado a partir da data da aplicação.

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do Contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

### Fiscalização

6.8. A execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos Fiscais do Contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

### Fiscalização Técnica

6.9. O Fiscal Técnico do Contrato acompanhará a execução do Contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI).

6.10. O Fiscal Técnico do Contrato anotar no histórico de gerenciamento do Contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do Contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II).

6.11. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o Fiscal Técnico do Contrato emitirá notificações para a correção da execução do Contrato, determinando prazo para a correção (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III).

6.12. O Fiscal Técnico do Contrato informará ao Gestor do Contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do Contrato nas datas aprazadas, o Fiscal Técnico do Contrato comunicará o fato imediatamente ao Gestor do Contrato (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.14. O Fiscal Técnico do Contrato comunicará ao Gestor do Contrato, em tempo hábil, o término do Contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

#### **Fiscalização Administrativa**

6.15. O Fiscal Administrativo do Contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.16. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o Fiscal administrativo do Contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao Gestor do Contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

#### **Gestor do Contrato**

6.17. O Gestor do Contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do Contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do Contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do Contrato para fins de atendimento da finalidade da administração (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.18. O Gestor do Contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.19. O Gestor do Contrato acompanhará os registros realizados pelos Fiscais do Contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do Contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.20. O Gestor do Contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos Fiscais Técnico, Administrativo e Setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.21. O Gestor do Contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.22. O Gestor do Contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.23. O Gestor do Contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do Contrato.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado - IMR, conforme previsto no Termo de Referência.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados;

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

- a) unidade de medida para faturamento e mensuração do resultado;
- b) produtividade de referência ou critérios de qualidade para a execução contratual;
- c) indicadores mínimos de desempenho para aceitação do serviço ou eventual glosa.

7.2.1 Cronograma físico-financeiro previsto para a vigência contratual de 12 meses:

| CR-BE   |                                |
|---|--------------------------------|
| Periodicidade dos serviços  | Valor pago por cada aplicação  |
| Uma execução/aplicação do serviço a cada trimestre, totalizando 4* aplicações durante a vigência contratual que é de 12 meses | 25% do valor total do contrato |
| <b>Total: 100% do valor do contrato</b>   |                                |

\*A aplicação contra cupins é realizada a cada 12 meses, totalizando uma aplicação durante a vigência do contrato, exceto quando houver necessidade de aplicações adicionais em virtude de cumprimento da garantia do serviço.

#### Do recebimento

7.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.3.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.3.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo Art. 22, X, Decreto detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (nº 11.246, de 2022).

7.3.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.3.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.4. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.4.1. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.4.2. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

7.4.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.4.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.5. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.6. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.6.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.6.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;

7.6.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.6.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.6.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.8. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

7.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.10.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.11. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal/Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.12. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.13. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.14. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.15. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.17. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

7.19. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.20. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE de correção monetária.

#### **Forma de pagamento**

7.21. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.23.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.24. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **Cessão de crédito**

7.25. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.25.1. As cessões de crédito não fiduciárias não serão admitidas.

7.26. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.27. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra

impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.28. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.29. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

## 8. FORMA E CRITÉRIO DE SEL. DO FORNECEDOR

### Forma de Seleção e Critério de Julgamento da Proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **Dispensa de Licitação**, na modalidade, sob a forma **Eletrônica**, com adoção do critério de julgamento pelo **Menor Preço**, do único grupo.

### Regime de Execução

8.2. O regime de execução do contrato será de Empreitada por Preço Global.

### Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa Física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

8.5. **Empresário Individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.8. **Sociedade Empresária Estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. **Sociedade Simples:** inscrição do ato constitutivo no Sociedade simples Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

8.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

8.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

8.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

8.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

8.17. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

8.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Técnica**

8.20. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

8.20.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

#### **Qualificação Técnico-Operacional**

8.21. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.22. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.22.1. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 1 (um) anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos;

8.23. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, aplicável por força da IN SEGES/ME nº 98/2022.

8.24. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.25. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

8.26. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

8.27. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo **Anual** estimado da contratação é de **R\$ 9.522,48** (nove mil quinhentos e vinte e dois reais e quarenta e oito centavos), conforme custos expostos na tabela abaixo:

| Item                       | Descrição/Especificação  | CATSER | Total de Área (m²) |                 | Quantidade Aplicações | Valor Estimado |              |              |
|----------------------------|--|--------|--------------------|-----------------|-----------------------|----------------|--------------|--------------|
|                            |  |        | Local              | Quantidade (m²) |                       | Por m²         | Aplicação    | Total Anual  |
| 1                          | Serviços de controle de pragas, desinsetização, desratização e descupinização, sob demanda, com fornecimento de material, utilizando defensivos químicos de baixa toxicidade e sem odor nas áreas internas, externas, caixas de gordura e redes de esgoto. | 3417   | Prédio principal   | 6.260,23        | 4                     | R\$ 1,09       | R\$ 2.380,62 | R\$ 9.522,48 |
|                            |  |        | Apoio SCT          | 765,19          |                       |                |              |              |
|                            |  |        | Apoio Terceiro     | 765,19          |                       |                |              |              |
|                            |  |        | KF/KM              | 918,98          |                       |                |              |              |
| Custo Total Geral Estimado |  |        |                    | 8.709,59        |                       | R\$ 1,09       | R\$ 2.380,62 | R\$ 9.522,48 |

9.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - CENSIPAM, para o exercício de 2024, na dotação abaixo discriminada:

- Órgão/Gestão: 110511/0001;
- Ação: 20X4 - Manutenção do Sistema de Proteção da Amazônia;
- Fonte: 1000;
- Programa: 6011 - Cooperação para o Desenvolvimento Nacional;
- Programa Orçamentário: 0007;
- PTRES: 168640 - Funcionamento e Manutenção do CENSIPAM;
- Natureza da Despesa: 33.90.37.78 - Limpeza e Conservação; e
- Código do Sistema PTA: 074/24 - Prestação de serviços de controle de pragas (CR/BE).

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. REAJUSTE

11.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 07/03/2024.

11.2. Após o interregno de um ano, desde que haja pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.



11.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.4. No caso de atraso ou não divulgação dos índices de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo sejam divulgados os índices definitivos.

11.5. Nas aferições finais, os índices utilizados para reajuste serão, obrigatoriamente, os definitivos.

11.6. Caso os índices estabelecidos para reajustamento venham a ser extintos ou de qualquer forma não possam mais ser utilizados, serão adotados, em substituição, os que vierem a ser determinados pela legislação então em vigor.

11.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**CARLOS AUGUSTO REIS RODRIGUES**

Responsável Demandante



*Assinou eletronicamente em 07/03/2024 às 10:55:29.*

**BENEDITA SOARES CHAVES**

Integrante Administrativa



*Assinou eletronicamente em 07/03/2024 às 10:57:31.*

**JOSE REINALDO FERREIRA CARVALHO**

Integrante Técnico



*Assinou eletronicamente em 07/03/2024 às 10:55:22.*

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Estudos Tecnicos Preliminares n 129-2023.pdf (134.8 KB)
- Anexo II - Modelo de Ordem de Servicos.pdf (95.45 KB)
- Anexo III - Instrumento de Medicao de Resultados - IMR.pdf (220.56 KB)
- Anexo IV - Modelo de Proposta.pdf (229.87 KB)
- Anexo V - Declaracao de Vistoria.pdf (175.17 KB)
- Anexo VI - Declaracao de Dispensa de Vistoria.pdf (351.68 KB)
- Anexo VII - Declaracao de Conhecimento das Condicoes e Peculiaridades.pdf (174.46 KB)

**Anexo I - Estudos Tecnicos Preliminares n 129-2023.  
pdf**

# Estudo Técnico Preliminar 129/2023

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 60092.000241/2023-01

## 2. Descrição da necessidade

2.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços comuns e continuados no controle de vetores e pragas urbanas (desinsetização, desratização e descupinização), buscando manter os ambientes de trabalho em bom estado de salubridade e descontaminação, tanto para a segurança pessoal dos servidores e usuários, quanto para a conservação dos bens do CR-BE.

2.1.1. Em razão da necessidade de prover condições mínimas para utilização desses espaços, bem como da manutenção das condições necessárias para o bom funcionamento da instituição, a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas, por meio de processos de desinsetização, desratização e descupinização, são essenciais para garantia de um ambiente limpo, higienizado e seguro para o público em geral, quanto à doenças.

2.2. De fundamental importância, o serviço de controle de pragas tem a finalidade de manter as condições de salubridade adequadas e um ambiente seguro à Comunidade no desenvolvimento atividades administrativas, visando preservar a saúde e prevenir doenças, além da conservação dos bens patrimoniais, em consonância com a legislação vigente.

2.3. Com a ciência de que este tipo de serviço envolve o manuseio de materiais nocivos à saúde, além da necessidade de conhecimento técnico para realização do manejo de animais, e por não haver no quadro de pessoal do CR-BE o cargo relacionado à atividade (controlador de pragas), assim como também não há responsável técnico legalmente habilitado para o exercício dessas funções, faz-se necessária a realização do presente estudo técnico preliminar com a finalidade de terceirização do serviço supramencionado.

2.4. Por último, a contratação dos serviços está em consonância com Art. 48º da Lei 14.133/2021 e Art. 3º do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, pois se enquadram como as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituam área de competência legal do órgão ou da entidade, sendo portanto, passíveis de execução indireta. E por serem essenciais para manter o funcionamento do Centro Regional de Belém em condições favoráveis de higiene e segurança em saúde, observa o disposto no art. 3º do Decreto 8.540/2015, qual seja a essencialidade de seu objeto e o relevante interesse público da Administração.

2.4.1. Podendo sua interrupção comprometer a qualidade das atividades na Instituição. No entanto, não há necessidade de alocação contínua, com mão de obra exclusiva de empregados da contratada nas dependências do órgão, somente durante a realização dos serviços de acordo com a programação anual.

2.5. Para atendimento da demanda, busca-se a contratação de pessoa jurídica especializada em serviços de controle de pragas, conforme locais e quantidades abaixo:

| Item                       | Descrição/Especificação  | CATSER | Total de Área (m²) |                 | Quantidade Aplicações | Valor Estimado |              |              |
|----------------------------|--|--------|--------------------|-----------------|-----------------------|----------------|--------------|--------------|
|                            |  |        | Local              | Quantidade (m²) |                       | Por m²         | Aplicação    | Total Anual  |
| 1                          | Serviços de controle de pragas, desinsetização, desratização e descupinização, sob demanda, com fornecimento de material, utilizando defensivos químicos de baixa toxicidade e sem odor nas áreas internas, externas, caixas de gordura e redes de esgoto. | 3417   | Prédio principal   | 6.260,23        | 4                     | R\$ 1,09       | R\$ 2.380,62 | R\$ 9.522,48 |
|                            |  |        | Apoio SCT          | 765,19          |                       |                |              |              |
|                            |  |        | Apoio Terceiro     | 765,19          |                       |                |              |              |
|                            |  |        | KF/KM              | 918,98          |                       |                |              |              |
| Custo Total Geral Estimado |  |        |                    | 8.709,59        |                       | R\$ 1,09       | R\$ 2.380,62 | R\$ 9.522,48 |

### 3. Área requisitante

| Área Requisitante              | Responsável                   |
|--------------------------------|-------------------------------|
| Serviço Administrativo - SEADM | Carlos Augusto Reis Rodrigues |

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. A prestação de serviços deverá ser realizada por empresa especializada em controle de pragas urbanas, com registro em Órgãos fiscalizadores (ANVISA, Vigilância Sanitária, ADAGRO) e capacidade técnico-jurídica para oferecer a modalidade de serviços de descupinização, desinsetização, desratização, bem como oferecer serviços relacionados ao controle e manejo dos ninhos dos animais sinantrópicos formigas.

4.2. No tocante à sustentabilidade, conforme os critérios elencados no art. 5º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, destaca-se para essa demanda o inciso II: que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

4.3. Os serviços deverão ser executados com observância das melhores, mais modernas e adequadas metodologias, tecnologias e uso de insumos (produtos e equipamentos), devendo atender rigorosamente ao disposto na legislação nacional, estadual e municipais vigentes.

4.3.1. Assim, sempre que possível, recomenda-se o manejo integrado de pragas. A correta aplicação de desinfestantes constitui uma técnica útil e eficiente; porém, para melhores resultados, o uso de desinfestantes deve ser combinado com outras práticas de manejo, visando a preservação dos inimigos naturais.

4.4. A empresa deverá atender, na íntegra, à legislação sanitária vigente, contemplando também a RDC ANVISA, nº 622 de 09 de março de 2022, sem prejuízo das demais legislações; assim como a observância a todas as medidas preventivas previstas na legislação vigente, visando minimizar possíveis impactos ambientais.

4.5. Será requisitado o Atestado de Vistoria/Visita, emitido e assinado pelo representante da Contratante e pelo representante da Licitante, por ocasião da visita ao local do serviço ou declaração de dispensa de visita e vistoria, conforme modelos que estarão disponibilizados no Termo de Referência.

4.6. Caberá à contratada a realização do controle/combate global de pragas e vetores de modo preventivo ou corretivo em cada edificação, contemplando cupins, moscas e mosquitos, formigas do gênero Atta, formigas de interiores, baratas, aranhas, ratos e ratazanas. Caso a Licitante resolva não realizar a Vistoria/Visita, não poderá alegar desconhecimento das condições e graus de dificuldades existentes (principalmente os relacionados aos tipos de piso e metragens por cada Prédio/Local/Unidade) como justificativa para se eximir das obrigações assumidas em decorrência do procedimento licitatório.

4.7. A empresa especializada somente poderá ser contratada se devidamente licenciada junto à autoridade sanitária e ambiental competente. Em caso da empresa instalada situar-se em cidade que não possua autoridade sanitária e ambiental competente municipal, a mesma está obrigada a solicitar licença junto à autoridade sanitária e ambiental competente regional, estadual ou distrital a que o município pertença.

4.8. No que tange a logística reversa, a empresa especializada na prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas deve retornar as embalagens vazias ao seu estabelecimento operacional logo após o seu uso, para inutilização e descarte; de forma que o destino final das embalagens dos produtos saneantes desinfestantes de uso restrito a empresas especializadas é de responsabilidade do seu respectivo fabricante/importador.

4.8.1. Logo, a empresa especializada fica obrigada a devolver as embalagens, no prazo máximo de um ano da data de compra dos respectivos produtos, aos estabelecimentos onde foram adquiridas, ou em postos ou centrais de recebimento por eles conveniados e previamente licenciados pelo órgão estadual competente.

4.8.2. A empresa especializada contratada fica ciente que caso essa devolução não ocorra, a responsabilidade pelo destino final passa a ser da empresa especializada, que deve guardar os comprovantes da referida destinação e que o estabelecimento que as receber deve fornecer à empresa especializada documento comprobatório de recebimento das embalagens.

4.8.3. Além disso, é importante frisar que a empresa especializada fica obrigada a inutilizar as embalagens dos produtos saneantes desinfestantes antes de sua devolução aos estabelecimentos onde foram adquiridas, ou em postos ou centrais de recebimento por eles conveniados; bem como realizar lavagem técnica das embalagens, conforme orientado por literatura técnica.

4.9. A empresa especializada deve fornecer ao cliente o comprovante de execução de serviço contendo, no mínimo, as informações exigidas no art. 20 da RDC ANVISA nº 52, de 2009. Em caso de não haver sistema de logística reversa local, a empresa contratada é obrigada a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, consideradas as mesmas obrigações imputáveis aos signatários e aos aderentes de acordo setorial firmado com a União.

4.10. Conforme disposto na Resolução nº 52/2009-Anvisa, a empresa especializada deve ter um responsável técnico devidamente habilitado para o exercício das funções relativas às atividades pertinentes ao controle de vetores e pragas urbanas, devendo apresentar o registro deste profissional junto ao respectivo conselho. A empresa especializada deve possuir registro junto ao conselho profissional do seu responsável técnico.

4.11. A contratada deverá indicar Preposto para representá-la na execução do contrato, durante todo o período de vigência, com a atribuição de gerir as demandas relativas à execução contratual.

## 5. Levantamento de Mercado

5.1. Com relação às soluções para atendimento da demanda ora em comento, após realizada na prospecção e análise das alternativas possíveis entendemos que a melhor opção é a contratação de empresa especializada no controle de pragas e vetores, ou seja, similar às contratações feitas por outros órgãos, a saber, contratação tomando-se como base a área das edificações e/ou áreas abertas para quantificação dos serviços. Entretanto, é importante destacar que para o caso pretendido pelo CR-BE, recomendamos que seja estimado o número mínimo de 4 intervenções anuais em cada edificação como forma de atuar de modo preventivo e alcançar maior eficácia.

**a) A contratante possuir mão de obra própria para execução do serviço:** No entanto o Centro Regional de Belém - CR/BE - CENSIPAM não dispõe de pessoal técnico bem como material necessário para execução destes serviços;

**b) Terceirização por período certo sem regime dedicação exclusiva:** Porém essa forma de contratação torna-se onerosa visto que o serviço será executado sob demanda de acordo com a necessidade da contratante, sendo necessário realizar procedimento licitatório anualmente;

**c) Terceirização serviços continuados sem dedicação de mão de obra exclusiva:** Essa forma de contratação torna-se mais vantajoso para Contratante podendo ser prorrogado anualmente. Portanto, essa é a solução que mais promove

competição no mercado, levando-se em conta os aspectos de economicidade, eficácia, eficiência, padronização, e possibilita a inclusão de critérios de acordo de nível de serviço esperado.

5.2. Quanto ao tipo de serviço caracteriza-se como serviço comum, em conformidade com o art. 6º Inciso XIII da Lei nº 14.133/2021, visto que os seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, o qual é bastante vasto.

#### Contratações públicas

5.3. Em consulta realizada ao portal Compras Governamentais, foram identificadas diversas licitações por entes públicos para contratação de serviços de controle de pragas. Listamos algumas realizadas recentemente, a título exemplificativo, as quais utilizamos como referência para o delineamento da contratação, conforme a seguir:

| UASG   | Órgão                                       | Número do Pregão | Data do Resultado | Empresa Adjudicatária  |
|--------|---|------------------|-------------------|--|
| 389092 | CREA-RS                                     | 32/2023          | 19/10/2023        | T. R. Nitz & J. A. V. C. Junior LTDA., CNPJ: 47.414.310/0001-16, |
| 30100  | Tribunal de Justiça do Estado do RJ         | 51/2023          | 14/09/2023        | MULTIPLY Serviços de Manutenção Ltda, CNPJ: 04.312.370/0001-15,  |
| 120014 | Base Aérea de Fortaleza/MAER - CE           | 09/2023 (SRP)    | 12/05/2023        | I. P. de Souza Saúde Ambiental LTDA., CNPJ: 25.119.477/0001-11,  |
| 160204 | Batalhão de Caçadores                       | 14/2023 (SRP)    | 22/08/2023        | Iunizar Serviços e Comércio LTDA., CNPJ: 23.960.380/0001-01      |
| 135017 | Embrapa Gado de Corte/Campo Grande /MS      | 02/2023          | 04/09/2023        | J. J. Dedetizadora MS Ltda, CNPJ: 38.086.111/0001-35             |
| 981285 | Prefeitura Mun. de Santa Luzia do Parua     | 23/2023 (SRP)    | 16/08/2023        | E. S. Duarte, CNPJ: 04.976.218/0001-37                           |
| 927317 | Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Itauna | 38/2023          | 18/07/2023        | Dedetizadora Elimina Pragas LTDA., CNPJ: 15.610.316/0001-72      |

5.4. Ainda, de acordo com o levantamento de mercado, pode-se afirmar que há quantidade suficiente de empresas especializadas de modo que não se configura caso de oferta restrita.

## 6. Descrição da solução como um todo

### Caracterização da Solução

6.1. Com base no levantamento de mercado de empresa especializada em controle de pragas, nas contratações públicas identificadas no Painel de Preços do Governo Federal, e tendo como realidade concreta o CR-BE participantes deste ETP, constatou-se como solução para atendimento às necessidades apresentadas, a adoção de metodologia, compreendida a seguir:

**a) Descupinização:** utilização de uma barreira química em torno do imóvel, onde são feitas perfurações (furos equidistantes de 30 a 40 cm entre si e a 15cm da estrutura do imóvel) para aplicação da calda cupinícida. Esse tratamento consiste na impregnação do inseticida nas regiões superficiais do solo sob as edificações com objetivo de impedir o acesso de cupins subterrâneos ao imóvel. Quando verificada a necessidade, podem ser realizadas perfurações de portais, janelas e junções dos rodapés de madeira para aplicação de calda cupinícida com broca pequena (4mm a 5mm) para não danificar o portal ou janela. Deverá ser realizado também o tratamento das ramificações (trilhas) e infestações nas árvores do entorno do imóvel através de líquido cupinícida. Quando encontradas colônias, elas deverão ser retiradas e tratadas.

**b) Desinsetização:** Pulverização de inseticida líquido nas áreas internas e externas. No caso de baratas, aplicação de gel de baratas em cantos e frestas dos móveis, prateleiras, pias, mesas, dobradiças. Aplicação em interruptores, tomadas elétricas, caixa de força, frestas entre os objetos e a parede, balanças, nos cantos e frestas dos equipamentos eletrônicos e demais áreas propícias ao abrigo e reprodução da praga. Para formigas deverá ser aplicado também um gel ao lado das trilhas das formigas, próximo aos abrigos e em todos os locais onde elas transitam. No caso de mosquitos e moscas, o inseticida deverá ser aplicado nas paredes e superfícies de repouso dos insetos, como embaixo de mesas, cadeiras etc. Também é realizado o polvilhamento de inseticida pó em caixas de esgoto/ralos para controle de baratas e olheiros de formigueiros.

**c) Desratização:** Utilização de armadilhas caixas-pretas fixas e chaveadas e túneis de cola. As caixas são instaladas na área externa junto às paredes (a cada 10m), devidamente identificadas, formando um cinturão de proteção em torno do

imóvel. Sendo necessário, deverão ser instaladas nas áreas internas como: áreas de arquivo, almoxarifados, galpões de rações. Os túneis são instalados junto às paredes em áreas internas como halls de prédios, corredores. A manutenção das armadilhas deve ser feita através da limpeza e troca dos raticidas contidos nas mesmas, assim como nos túneis de cola são realizadas trocas das colas que perderam a aderência ou têm capturas. O raticida (formulações em: bloco parafinado, granulado, peletes ou pó) faz efeito no organismo do roedor em um tempo de 3 a 7 dias. Em caso de alta infestação, não se tem um efeito expressivo em menos de 15 dias de tratamento.

**d) Controle de colônias de formigas** - áreas externas: utilização de inseticidas em pó, iscas granuladas, gases, ou inseticidas termonebulizáveis. Os produtos granulados devem ser espalhados perto das plantas atacadas, nos seus pontos de passagens, ou perto de seus ninhos, nunca dentro dos olheiros. Os produtos na formulação gás, pó seco ou termonebulização só podem ser aplicados diretamente dentro de seus ninhos através de seus olheiros, isto com auxílio de um equipamento específico. Aconselha-se mesclar o controle, assim a deficiência de um é suprida pela eficiência do outro, não obstante todos eles requerem um monitoramento frequente e diversas aplicações para um controle eficiente. Como controle mecânico, há a opção da retirada dos ninhos por escavação, retirando-se a panela de fungo e a rainha, porém só é eficaz para áreas pequenas.

### **Início da execução do objeto**

6.2. A execução dos serviços será iniciada após a assinatura do Início da execução do objeto: contrato, mediante autorização através de Ordem de Serviço, que deverá ser emitida pelo gestor do contrato com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis do início da vigência contratual.

6.3. O controle monitorado de pragas compreenderá serviços sob demanda, sendo 4 (quatro) tratamentos anuais para a execução do serviço, exceto em locais mais críticos, onde o tratamento poderá ocorrer em intervalos de períodos menores.

6.4. O serviço deverá ser agendado e executado internamente em todos os prédios, e áreas externas do Centro Regional de Belém.

6.5. O solicitante do serviço é responsável por informar a todos do prédio o dia do serviço e recolher assinatura de ciência de cada setor, e sempre informar o telefone de contato quando abrir a solicitação.

6.6. Terceiros não poderão agendar ou entrar em contato com a Contratada, já que contratualmente somente o gestor e fiscais são responsáveis pelo gerenciamento e fiscalização dos serviços prestados.

6.7. As atividades do prédio deverão ser suspensas na data agendada, sendo obrigatória a permanência de um responsável pelo setor no ato do serviço para abrir a sala e assinar a ordem de serviço, sendo proibido a terceiros (pessoas que não trabalham no prédio).

6.8. Os serviços serão realizados conforme necessidade, sob demanda das unidades, não constituindo qualquer obrigação do Centro Regional em desenvolver o serviço em todas as áreas citadas.

6.9. As ordens de Serviço (O.S.) serão encaminhadas por via eletrônica ou através de entrega direta à contratada. Iniciados os trabalhos no local determinado pela O.S., nas unidades do Centro Regional de Belém, a Contratada deverá encerrar os seus trabalhos dentro do prazo máximo de quatro horas, salvo se o serviço exigir um tempo maior, fato este que deverá ser comunicado com antecedência, devendo esta extensão de prazo ser aprovada previamente pelo fiscal do contrato.

6.10. Todos os procedimentos de diluição ou outras manipulações autorizadas para produtos saneantes desinfestantes, da técnica de aplicação, da utilização e de manutenção de equipamentos, de transporte, de destinação final e outros procedimentos técnicos ou operacionais, devem estar descritos na forma de procedimentos operacionais padronizados (POP), inclusive com informações sobre o que fazer em caso de acidente, derrame de produtos químicos, saúde, biosegurança e saúde do trabalhador, sem prejuízo da legislação vigente (art. 12 da Resolução RDC nº 622/2022).

6.11. O transporte dos produtos e equipamentos não pode ser feito por meio de veículos coletivos em hipótese alguma, independentemente de quantidades, distâncias ou formulações. (Parágrafo único do art. 13 da Resolução RDC Nº 622 /2022).

6.12. No caso da desratização, a contratada deverá fazer a manutenção do anel sanitário perimetral atrativo, substituindo os comedouros (porta-iscas) que estiverem danificados por outros de modelo igual ou similar, e colocar iscas nos comedouros, protegendo-as de intempéries, evitando que pessoas ou animais tenham contato com as substâncias químicas empregadas, identificando-as devidamente. A empresa deverá retornar a essas áreas quantas vezes forem necessárias, dentro do valor pago por metro quadrado, a fim de controlar as incidências de pragas.



6.13. Em caso de rescisão contratual, as portas iscas para roedores serão retiradas pelo Contratado, sem ônus para a Contratante. Durante a vigência do contrato ou na rescisão contratual, mesmo sendo comprovado que algum dos acessórios consignados foi extraviado, danificado, ou tido ocorrido o desgaste natural de uso, o valor da reposição não será cobrado da Contratante, sendo o mesmo de responsabilidade do Contratado.

6.14. Para cada serviço executado, desinsetização, desratização, descupinização, a Contratada deverá fornecer assinado Certificado de Execução de Serviços pelo responsável técnico, contendo o nome do produto, número do registro no Ministério da Saúde, princípio ativo, grupo químico, concentração, informações médicas e garantia do serviço, conforme legislação vigente, além de informar quais equipamentos serão utilizados na prestação dos serviços de acordo com o tipo de praga identificada.

6.15. A quantidade de operadores na composição da equipe deverá ser planejada de acordo com a realidade da quantidade de trabalho a ser realizado na ocasião, para que não haja perda da qualidade do serviço prestado com o decorrer do tempo, devido a cansaço ou desgaste dos trabalhadores.

6.16. Os serviços deverão ser agendados de segunda a sexta-feira, no horário das 8:00 às 17:00h e realizados no endereços abaixo:

- Centro Regional de Belém - CR-BE: Avenida Júlio César, 7060, Val-de-Cans Belém – PA, CEP: 66.617-420, Fone: (5591) 3366-2237 / 3366-2222.

#### **Cronograma de realização dos serviços**

- Os setores demandantes dos serviços deverão fazer suas solicitações com no mínimo com 10 (dez) dias corridos de antecedência;
- Em caso de emergência comprovada, a solicitação dos serviços deverá ser atendida em 24 (vinte e quatro) horas da data solicitada;
- O cronograma, contendo data e horário de aplicações, será definido em conjunto com a empresa, a gestão do contrato e os setores solicitantes, considerando os horários e as datas que melhor atenderem as necessidades do CR-BE.

#### **Monitoramento e avaliação**

6.17. Após concluídos os serviços, haverá a metodologia de avaliação da execução dos serviços, no qual os mesmos deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos.

- Atendimento das ordens de serviços dentro do prazo estabelecido;
- Entrega do certificado de execução dos serviços;
- Baixa total da incidência de pragas após a aplicação da desinsetização e desratização até o período mínimo de 90 (noventa) dias.

6.18. Após a etapa da prestação do serviço, haverá de 90 (noventa) dias, de forma a comprovar a boa prática operacional na execução dos serviços de controle e mitigação dos vetores de doenças. No caso de reaparecimento de pragas no período de garantia, a Contratada deverá providenciar uma solução para eliminação das infestações, realizando assistência técnica corretiva, quando solicitada pela fiscalização do contrato, que consiste em rever instalações, remover os focos e indícios de infestação de pragas e sem qualquer custo adicional para o Contratante. Aprestação do serviço de garantia deverá ser concluído em no máximo 7 (sete) dias contados da solicitação.

#### **Materiais a serem disponibilizados**

6.19. Para perfeita execução dos serviços a Contratada deverá disponibilizar os insumos (produtos) materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para perfeita execução dos serviços de acordo com a área, ação, detalhamento, frequência e periodicidade, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

6.20. Os produtos usados para execução dos serviços deverão estar previamente registrados nos órgãos sanitários competentes (MS ANVISA) conforme Lei Federal nº. 6.360, de 1976 (dispõe sobre a Vigilância Sanitária que regulamenta os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos e da outras providências), Portaria nº. 321/1997 e RDC ANVISA nº. 622, de 09 de março de 2022 e suas atualizações.

6.21. A Contratada deverá responsabilizar-se pelo fornecimento de todos materiais e equipamentos nas quantidades necessárias para execução dos serviços.

6.22. Os deverão ter as seguintes características:

- Baixo odor e baixa toxicidade;
- Não causar manchas;
- Serem antialérgicos;

- Tornarem-se inodoros após 90 (noventa) minutos de aplicação;
- Serem inócuos a saúde humana;
- Não causar morte das plantas dos canteiros, árvores e gramados;
- Não causarem danos aos mobiliários, aos equipamentos e as instalações;
- Ter efeitos garantidos pelo prazo de 90 (noventa) dias;
- Os produtos utilizados além de atender as exigências prescritas, deverão ser de primeira qualidade e devidamente licenciados pela entidade sanitária pública competente.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A estimativa das quantidades foram levantadas levando-se em consideração a área construída das edificações em cada local, bem como um acréscimo proporcional para áreas abertas (não construídas), sendo 4 (quatro) aplicações anuais em cada edificação, conforme apresentado na tabela abaixo:

| Item             | Descrição  | CATSER | Quantidade Total Áreas (m²) |            | Aplicação                      |            |
|------------------|--|--------|-----------------------------|------------|--------------------------------|------------|
|                  |  |        | Local                       | Quantidade | Tipo                           | Quantidade |
| 1                | Serviços de controle de pragas, desinsetização, desratização e descupinização, sob demanda, com fornecimento de material, utilizando defensivos químicos de baixa toxicidade e sem odor nas áreas internas, externas, caixas de gordura e redes de esgoto. | 3417   | Prédio principal            | 6.260,23   | Desinsetização                 | 04         |
|                  |  |        | Apoio SCT                   | 765,19     |                                |            |
|                  |  |        | Apoio Terceiro              | 765,19     |                                |            |
|                  |  |        | KF/KM                       | 918,98     | Desratização<br>Descupinização |            |
| Total Áreas (m²) |  |        |                             | 8.709,59   |                                |            |

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$): 9.522,48**

8.1. O valor estimado de **R\$ 9.522,48** (nove mil quinhentos e vinte e dois reais e quarenta e oito centavos), decorrente das cotações obtidas em pesquisa no mercado local, com fornecedores especializados no objeto pretendido.

8.2. Para chegar aos valores apresentados de estimativa de preço e quantitativo da contratação a metodologia utilizada foi a Média dos valores apresentados pelas empresas.

8.3. Os preços por m² e os pontos de aplicação deverão trazer embutidos de todos os custos legais de contratação, forma analítica incluindo todas as despesas ordinárias diretas e indiretas de execução do objeto, tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração e outras despesas necessárias ao cumprimento integral do objeto.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. O processo não apresenta perda de economia em escala. O contrato especifica o serviço de serviços contínuos de controle sanitário integrado no combate às pragas urbanas (animais sinantrópicos) pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10. Considerando a natureza dos serviços em comento, bem como as características de sua execução, não há necessidade de contratação correlata ou interdependente. Contudo, é importante destacar que algumas atividades desenvolvidas nos diversos setores exigem o contínuo tratamento contra pragas e vetores como condicionantes, tais como nos copa, almoxarifados, dentre outras localidades.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A execução dos serviços deverá ser iniciada pela contratada no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de assinatura do Termo de Contrato. O serviço deverá ser executado no Centro Regional de Belém - CR/BE. Também, deverá ser realizada uma aplicação do serviço a cada trimestre.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Com a contratação a Administração espera propiciar a manutenção das condições ambientais adequadas de limpeza e higiene aos seus servidores, colaboradores e do público em geral, evitando os riscos de contaminação transmitidas por insetos, ratos. Considera-se que os serviços são imprescindíveis ao funcionamento deste Centro, por se tratar de necessidade permanente do Poder Público contratante, tendo característica de serviço continuado, visto que sua falta pode acarretar sérios prejuízos à Administração Pública.

## 13. Providências a serem Adotadas

13.1. A aferição dos serviços prestados observará, no que couber, os seguintes aspectos mencionados no art. 47 da IN SEGES /MP nº 05 /2017:

- Os resultados alcançados em relação ao contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;
- Os recursos humanos empregados em função da quantidade e da formação profissional exigidas, quando for o caso;
- A qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados; A adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida; O cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e
- a satisfação do público usuário. O controle e fiscalização da execução contratual e a verificação da adequação da prestação dos serviços serão realizados com base nas disposições e nos critérios previstos no Termo de Referência.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. O Termo de referência desta contratação observará em todas as fases do procedimento de Dispensa de Licitação, na forma eletrônica as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, prevendo, inclusive, a apresentação de documentos físicos, copiados ou impressos, apenas quando necessário, preferencialmente através de papel reciclado, e de forma a não frustrar a competitividade.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

O objeto "serviços contínuos de controle sanitário integrado no combate às pragas urbanas" trata-se de serviço de natureza comum, cuja necessidade de realização é do conhecimento geral. Sendo completamente viável.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**CARLOS AUGUSTO REIS RODRIGUES**

Responsavel Demandante



*Assinou eletronicamente em 16/02/2024 às 08:40:12.*

**JOSE REINALDO FERREIRA CARVALHO**

Integrante Técnico



*Assinou eletronicamente em 16/02/2024 às 08:41:17.*

**BENEDITA SOARES CHAVES**

Integrante Administrativo



*Assinou eletronicamente em 16/02/2024 às 08:42:02.*

## **Anexo II - Modelo de Ordem de Serviços.pdf**

**(Modalidade da licitação e Forma de realização) N° \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_.**

| IDENTIFICAÇÃO DO PEDIDO            |                       |
|------------------------------------|-----------------------|
| Nº OS:                             | Unidade requisitante: |
| Data de emissão:        /        / | Serviço:              |
| Contrato nº:        /              | Processo nº:          |

| IDENTIFICAÇÃO DA CONTRATADA |        |
|-----------------------------|--------|
| Razão social:               | CNPJ:  |
| Endereço:                   |        |
| Telefone:                   | E-mail |

| DEFINIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS |                   |            |                    |                  |
|--------------------------------------|-------------------|------------|--------------------|------------------|
| Serviço                              | Unidade de Medida | Quantidade | Valor Unitário R\$ | Valor Global R\$ |
|                                      |                   |            |                    |                  |
|                                      |                   |            |                    |                  |
| Total                                |                   |            |                    |                  |

| CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS |  |
|-------------------------------------|--|
|                                     |  |
|                                     |  |

| DEMAIS DETALHAMENTOS |  |
|----------------------|--|
|                      |  |

| LOCAL DE REALIZAÇÃO |  |
|---------------------|--|
|                     |  |

| Nº do item | Quantidade | Endereço | Data a ser executado |
|------------|------------|----------|----------------------|
|            |            |          |                      |
|            |            |          |                      |

| RECURSOS FINANCEIROS  |  |
|---|--|
| Os recursos financeiros necessários ao pagamento desta <b>Ordem de serviço</b> serão originários da classificação funcional programática abaixo especificada: |  |
| <b>Unidade Orçamentária:</b>  |  |
| <b>Função Programática:</b>   |  |
| <b>Projeto de Atividade:</b>  |  |
| <b>Elemento de Despesa:</b>   |  |
| <b>Fonte de Recurso:</b>  |  |
| <b>Saldo Orçamentário:</b>  |  |

| IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS                   |  |
|--|--|
| Local, data                                      | Local, data                                    |
| <hr/> Responsável pela<br>Solicitação do Serviço | <hr/> Responsável pela<br>Avaliação do Serviço |

**Anexo III - Instrumento de Medicao de Resultados -  
IMR.pdf**

**INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO - IMR****Objeto:****Contrato n°**

| Descrição dos Critérios dos Itens Avaliados   | Escala                  | Pontuação |
|---|-------------------------|-----------|
| 1. Atendimento da O. S. dentro do prazo estipulado pela Fiscalização.   | 0 a 10                  |           |
| 2. A Contratada atendeu todos os requisitos estabelecidos pelo INMETRO e normas da ABNT para controle de pragas, desinsetização, desratização e descupinização.   | 0 a 10                  |           |
| 3. A execução dos serviços foi realizada por profissionais qualificados, treinados e identificados.   | 0 a 10                  |           |
| 4. Na execução dos serviços foram utilizados materiais, produtos e equipamentos adequados.  | 0 a 10                  |           |
| 5. Utilizou profissional devidamente habilitado e identificado.   | 0 a 10                  |           |
| 6. Exterminou as colônias e mitigou a formação e surgimento de novos insetos.   | 0 a 10                  |           |
| 7. Não contaminou o ambiente com cheiro, vapores e fumaças.   | 0 a 10                  |           |
| 8. Emitiu relatórios dos serviços constando data e horário da aplicação, produto aplicado e responsável pela aplicação.   | 0 a 10                  |           |
| 9. Utilizou equipamentos de proteção individual (EPI's) adequados para cada situação.   | 0 a 10                  |           |
| 10. Adotou medidas para evitar o desperdício de água tratada, a fim de otimização de recursos materiais, com a redução de desperdícios materiais.   | 0 a 10                  |           |
| Total da Avaliação  |                         |           |
| Faixa de Ajuste de Pagamento  |                         |           |
| 56 a 60 pontos  | 100% do valor da fatura |           |
| 51 a 55 pontos  | 95% do valor da fatura  |           |
| 46 a 50 pontos  | 80% do valor da fatura  |           |
| 40 a 45 pontos  | 70% do valor da fatura  |           |
| Observações: Abaixo de 40 (quarenta) pontos, além do desconto previsto na Faixa de Ajuste de Pagamento, serão aplicadas sanções administrativas prevista no item Infrações e Sanções Administrativas do Contrato. |                         |           |



## **Anexo IV - Modelo de Proposta.pdf**

## MODELO DE PROPOSTA

Proposta que faz a empresa \_\_\_\_\_, para contratação de serviços comuns e continuados de controle de pragas, desinsetização, desratização e descupinização, com fornecimento de material, para 4 (quatro) aplicações anuais, para atender às necessidades do Centro Regional de Belém, que está de acordo com a tabela abaixo:

| Item                       | Descrição/Especificação  | CATSER | Total de Área (m²) |                 | Quantidade Aplicações | Valor Estimado |           |             |
|----------------------------|--|--------|--------------------|-----------------|-----------------------|----------------|-----------|-------------|
|                            |  |        | Local              | Quantidade (m²) |                       | Por m²         | Aplicação | Total Anual |
| 1                          | Serviços de controle de pragas, desinsetização, desratização e descupinização, sob demanda, com fornecimento de material, utilizando defensivos químicos de baixa toxicidade e sem odor nas áreas internas, externas, caixas de gordura e redes de esgoto. | 3417   | Prédio principal   | 6.260,23        | 4                     |                |           |             |
|                            |  |        | Apoio SCT          | 765,19          |                       |                |           |             |
|                            |  |        | Apoio Terceiro     | 765,19          |                       |                |           |             |
|                            |  |        | KF/KM              | 918,98          |                       |                |           |             |
| Custo Total Geral Estimado |  |        |                    | 8.709,59        |                       |                |           |             |

Valor Unitário = R\$ ..... (... por extenso...)

Valor Total = R\$ ..... (... por extenso ...)

Declaramos que os preços contidos nesta proposta incluem todos os custos e despesas referentes ao objeto da Dispensa Eletrônica, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, transporte, mão de obra, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto.

Prazo de validade da proposta: \_\_\_\_\_ dias (não inferior a 60 (sessenta) dias).

Dados da empresa:

Razão Social:

Inscrição Estadual:

CNPJ:

Endereço:

E-mail:

Telefone:

Dados bancários:

Local e data,

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal da Empresa

## **Anexo V - Declaracao de Vistoria.pdf**

## DECLARAÇÃO DE VISTORIA

### DECLARAÇÃO DE VISTORIA (caso a empresa opte por realizar a vistoria)

Dispensa Eletrônica nº ...../202..... - CENSIPAM

Declaramos, em atendimento ao previsto na Dispensa Eletrônica nº ...../202....., que a empresa ....., inscrita no CNPJ nº ....., por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a). ....., portador(a) da Cédula de Identidade RG nº ..... e do CPF nº ....., compareceu perante o representante do CENSIPAM, no Centro Regional de Belém e visitou as dependências e instalações, quando conheceu todas as áreas abrangidas, as condições e peculiaridades do local de execução dos serviços, esclarecendo todas as dúvidas sobre o objetivo desta Dispensa Eletrônica, dando-se por satisfeito com as informações obtidas e considerando-se plenamente capacitado a elaborar a proposta de preço.

Belém-PA, ..... de ..... de 202.....

---

Chefe de Serviço/Setor Administrativo

Declaro, junto ao Pregoeiro do CENSIPAM, que a empresa deu-se por satisfeita com as informações obtidas junto ao Centro Regional de Belém, e nos consideramos plenamente capacitados a elaborar a nossa proposta de preço.

---

Representante Legal da Empresa

**Anexo VI - Declaracao de Dispensa de Vistoria.pdf**

## DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA

A empresa \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio do Senhor(a), indicado expressamente como seu representante, declara ter conhecimento do espaço físico, local de prestação dos serviços de controle de pragas, desinsetização, desratização e descupinização, sob demanda, com fornecimento de material, utilizando defensivos químicos de baixa toxicidade e sem odor nas áreas internas, externas, caixas de gordura e redes de esgoto, **dispensando a necessidade da vistoria *in loco***, prevista no

**Declara**, ainda, que se responsabiliza pela citada dispensa e por situações supervenientes.

Reafirmamos, que nos fora dado, mediante cláusula expressa do Aviso de Dispensa Eletrônica, acesso às instalações físicas do Centro Regional de Belém, local onde serão executados os serviços, porém a dispensamos por julgarmos suficientes as informações prestadas no Instrumento Convocatório e, em especial, no Termo de Referência.

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal da Empresa

**Anexo VII - Declaracao de Conhecimento das  
Condicoes e Peculiaridades.pdf**

## DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES E PECULIARIDADES

A empresa.....CNPJ/MF sob o n.º ....., situada ..... (Endereço completo), por intermédio de seu Representante Legal/Preposto, o Sr. ...., portador(a) da carteira de identidade n.º ..... e do CPF n.º ....., DECLARA, sob as penalidades da lei, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do serviço objeto da Dispensa Eletrônica nº ...../202....., assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com o CENSIPAM.

Belém, ..... de ..... de 202....

Assinatura do declarante: .....

Nome do declarante: .....

Número da identidade do declarante: .....

Carimbo da Empresa com CNPJ (dispensado em caso de papel timbrado c/ CNPJ)

**Observação:** A licitante é inteiramente responsável pelas informações prestadas através deste documento.